





Ficha Técnica

Título Boletim Informativo QREN N.º 7

Edição Comissão Técnica de Coordenação do QREN

Data de Edição Abril 2010

Fotografia Krypton

Frente marítima - Praia da Coelha, em Albufeira,
intervenção apoiada pelo PO Regional do Algarve

Registo ISBN 978-989-8332-06-6

Informação disponível em www.qren.pt

Nota de Abertura

O sétimo número do Boletim informativo do QREN, que reporta a evolução da implementação do QREN ocorrida no 1º trimestre de 2010, dá continuidade à divulgação de indicadores conjunturais sobre a implementação do QREN, mantendo, como sempre, a procura de dois equilíbrios fundamentais: permitir uma leitura simples e acessível sem comprometer o rigor; estar disponível num tempo útil, mas garantindo uma informação estável e robusta. Sublinha-se a disponibilização, pela primeira vez nesta edição do Boletim Informativo, de um conjunto de informação relativa à implementação física do QREN, com vista a aprofundar e melhorar o acompanhamento da sua execução.

No final de Março de 2010, o volume de pagamentos efectuados aos beneficiários do QREN ultrapassou 2,7 mil milhões de euros (dos quais cerca de 588 milhões foram realizados durante o último trimestre) e o volume de candidaturas aprovadas ascendeu a 51% dos fundos disponíveis no QREN. Em termos de realizações, e a título de exemplo, os incentivos do QREN já abrangeram: na agenda da competitividade, mais de 2,8 mil empresas em apoios directos (das quais 345 são novas empresas) e mais de 5 mil empresas através de mecanismos de engenharia financeira; na agenda do potencial humano, 440 mil formandos em modalidades de dupla certificação, 649 mil formandos noutras modalidades e 687 estabelecimentos de ensino (dos quais 595 centros escolares do 1º ciclo); na agenda da valorização do território, 1,3 mil km de estradas, 155 projectos de prevenção de riscos e 285 equipamentos sociais nas áreas da saúde, cultura, desporto e apoio social. O Boletim informativo do QREN é da iniciativa da Comissão Técnica de Coordenação do QREN composta pelo coordenador do Observatório do QREN, que preside, pelos presidentes dos conselhos directivos do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) e do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e pelo inspector-geral de Finanças. Integra, por esta via, as entidades com responsabilidades ao nível da monitorização estratégica – Observatório do QREN – e da coordenação, monitorização operacional e financeira da implementação do Fundo Europeu de

Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC) e do Fundo Social Europeu (FSE) – o IFDR e o IGFSE, respectivamente –, bem como a autoridade de auditoria – Inspeção Geral de Finanças (IGF). A análise e informação aqui apresentadas são suportadas pelo sistema de monitorização do QREN desenvolvido no âmbito da Comissão Técnica de Coordenação, em estreita colaboração com as Autoridades de Gestão.



Síntese



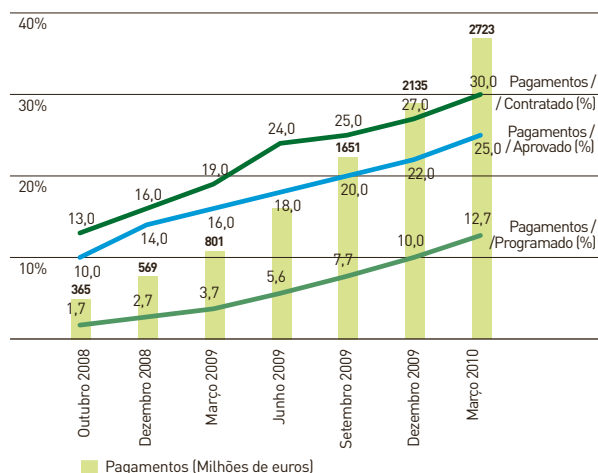
12,7% da dotação orçamental dos fundos estruturais foi paga aos promotores

Durante o 1º trimestre de 2010 foram pagos aos beneficiários do QREN (a título de reembolso ou de adiantamentos) mais de 588 M€ de fundos (um acréscimo de 27,5% face ao trimestre anterior), o valor trimestral mais elevado registado até ao momento. Em final de Março, o volume de pagamentos atingiu 2,7 mil milhões de euros, dos quais mais de metade (56,3%) foram efectuados nos últimos 3 trimestres, ou seja após o encerramento do QCA III em Junho de 2009. Este volume de pagamentos representa 30,5% dos fundos comunitários contratados, 25,0% dos fundos aprovados e 12,7% do total de fundos disponíveis no QREN para executar até 2015.

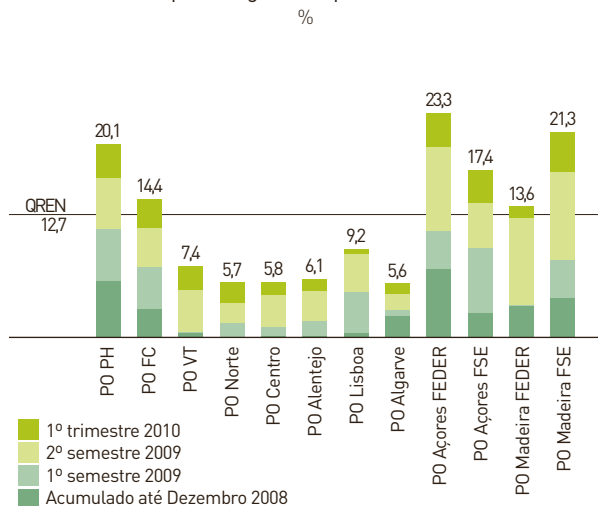
Analisando a evolução do rácio entre o nível de pagamentos e a programação, são visíveis na generalidade dos PO acréscimos relevantes no volume de pagamentos no 1º trimestre de 2010, com particular destaque para o PO Madeira FSE, PO PH, PO Açores FEDER e FSE. No 1º trimestre de 2010, este rácio registava valores acima da média do QREN – 12,7% – no PO PH (20,1%), no PO FC (14,4%) e nos PO das Regiões Autónomas – PO Açores FEDER (23,3%), PO Madeira FSE (21,3%), PO Açores FSE (17,4%) e PO Madeira FEDER (13,6%).

Os pagamentos sob a forma de adiantamentos à realização de despesa (modalidade complementar da forma mais tradicional de reembolso de despesas realizadas e efectivamente pagas pelo promotor) representam uma parte relevante do volume total de pagamentos, no essencial, fruto da concretização das medidas adoptadas pelo Governo visando a injeção de liquidez nos agentes económicos. Esta relevância explica inclusivamente que a taxa de reembolso (relação entre pagamentos e despesa validada) seja superior a 100%, mais precisamente 107,7%. Os adiantamentos (certificáveis e não certificáveis, incluindo nestes últimos os pagamentos contra factura) ainda representavam, no final de Março, cerca de 1/3 do volume total de pagamentos, sendo que uma parte muito significativa respeitava a adiantamentos não certificáveis, ou seja, suportados pela tesouraria nacional.

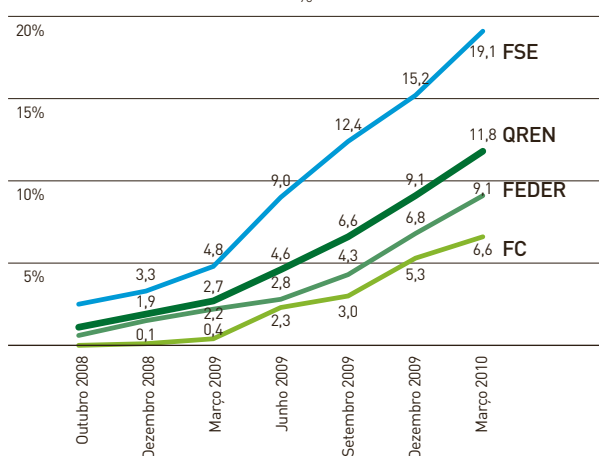
Evolução dos pagamentos
(Outubro 2008 a Março 2010)



Evolução do rácio pagamentos / programado por Programa Operacional



Evolução da taxa de execução
(despesa validada / programado)
%



Ritmo trimestral da despesa validada continua a aumentar

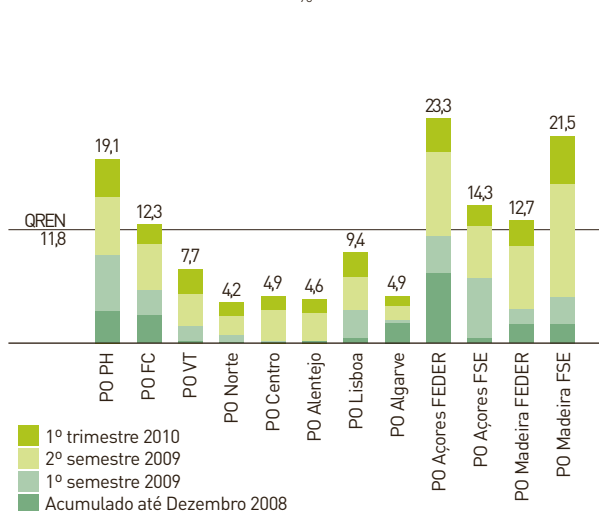
O volume de despesa validada (fundo) atingiu, no final de Março, 2,5 mil M€, registando-se neste trimestre o maior volume de despesa validada até agora observado (569 M€). Nos últimos 3 trimestres, ou seja, após o encerramento do QCA III (em Junho de 2009), registou-se uma execução de 1,5 mil M€, representando 60,6% do total do QREN. O montante de despesa validada até 31 de Março representava 23,2% do total de fundos comunitários aprovados (taxa de realização) e 11,8% da dotação total de fundos prevista executar até 2015 (taxa de execução). Estas taxas aumentaram 2,9 p.p. e 2,7 p.p. respectivamente durante o 1º trimestre de 2010.

Ao nível dos PO, destaque para o PO Açores FEDER com uma taxa de execução de 23,3% e uma taxa de realização de 52,4%, para o PO Madeira FSE com uma taxa de execução de 21,5% e uma taxa de realização de 32,7% e ainda para o PO PH com uma taxa de execução de 19,1% e uma taxa de realização de 31,4%. De sublinhar, ainda, o acréscimo na taxa de execução do PO PH e do PO Madeira FSE ocorrido no 1º trimestre, de cerca de 3,9 p.p. e 5 p.p., respectivamente.

A análise dos graus de execução mais elevados ao nível de eixo permite constatar que:

- i) o PO Açores FEDER apresenta 3 (dos 6) eixos com níveis de execução acima de 24%, registando o eixo 3 (*melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades*) o nível de execução mais elevado de todo o QREN (51,5%);
- ii) o PO PH apresenta 2 (dos 10) eixos com níveis de execução acima dos 30%, onde se destaca o eixo 4 (*formação avançada*) com uma taxa de execução de 44,2%;
- iii) o PO VT apresenta um nível de execução no eixo 5 (*redes e equipamentos na R.A. Madeira*) de 33,3%;
- iv) 29,3% do eixo 3 do PO FC (*financiamento e partilha de risco da inovação*) também já está executado.

Evolução da taxa de execução por Programa Operacional
%



Os 10 Eixos prioritários com maiores taxas de execução

Eixos dos PO	Taxa de Execução
PO Açores FEDER - Eixo 3 - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades	51,5%
PO PH - Eixo 4 - Formação avançada	44,2%
PO Madeira FSE - Eixo 2 - Emprego e Coesão social	34,9%
PO VT - Eixo 5 - Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira [FC]	33,3%
PO Açores FEDER - Eixo 5 - Compensar os sobrecustos da ultraperiferidade	32,0%
PO PH - Eixo 8 - Algarve	30,7%
PO FC - Eixo 3 - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	29,3%
PO Açores FEDER - Eixo 2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	24,8%
PO Madeira FEDER - Eixo 2 - Competitividade da base económica regional	22,1%
PO Madeira FEDER - Eixo 4 - Coesão territorial e governação	20,5%

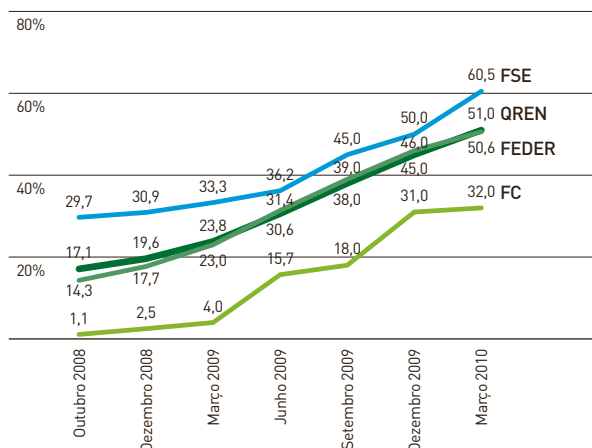
Em 31 de Março de 2010, mais de metade das verbas do QREN 2007-2013 estavam comprometidas...

No 1º trimestre de 2010, 51,0% das verbas do QREN estavam comprometidas para financiamento dos projectos aprovados nos diversos PO, mais 6 p.p. que no final de Dezembro de 2009.

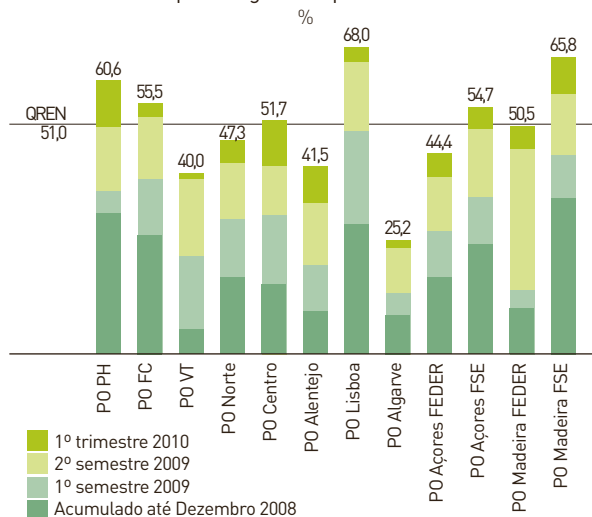
Os PO com maior nível de compromisso - acima da média QREN, de 51% - são o PO Lisboa (68%), o PO Madeira FSE (65,8%), o POPH (60,6%), o PO FC (55,5%), o PO Açores FSE (54,7%), e o PO Centro (51,7%). De registar ainda os maiores acréscimos neste indicador, no 1º trimestre de 2010, no PO PH (10,4 p.p.), derivando sobretudo de um aumento de 382 M€ do fundo aprovado no eixo 2 - *Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida*; no PO Centro (10 p.p.) destaque para o aumento de 113 M€ no eixo 3 *Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais*, resultante, no essencial, do acréscimo de aprovação no âmbito da modernização da rede escolar (36 M€) e na área da saúde (55 M€).

A análise dos graus de compromisso mais elevados ao nível de eixo permite salientar os seguintes aspectos: i) em 6 eixos (*Coesão social* no PO Lisboa, *Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização* no

Evolução da taxa de compromisso (aprovado / programado) %



Evolução da taxa de compromisso por Programa Operacional



Os 10 Eixos prioritários com maiores taxas de compromisso

Eixos dos PO	Taxa de Compromisso
PO PH - Eixo 8 - Algarve	93,9%
PO Lisboa - Eixo 3 - Coesão Social	92,9%
PO FC - Eixo 2 - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	82,0%
PO VT - Eixo 9 - Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional (FEDER)	81,2%
PO Madeira FSE - Eixo 2 - Emprego e Coesão social	81,0%
PO Centro - Eixo 2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	80,9%
PO Lisboa - Eixo 2 - Valorização Territorial	76,8%
PO PH - Eixo 9 - Lisboa	74,6%
PO PH - Eixo 4 - Formação avançada	74,2%
PO Madeira FEDER - Eixo 3 - Competitividade da base económica regional	69,4%

PO FC, *Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos* no PO Centro e eixo *Algarve* no PO PH, *Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional* do PO VT, e *Emprego e Coesão social* do PO Madeira FSE] já estão comprometidos cerca de 80% ou mais das verbas disponíveis para o período 2007-2013; e ii) vários eixos (9) dos PO registam já níveis de compromisso acima dos 70%.

As maiores variações do grau de compromisso no 1º trimestre de 2010 por eixo prioritário (acima dos 17 p.p.), encontram-se em quatro eixos: no PO Madeira FSE - *Emprego e Coesão social* (28,7 p.p.), no PO Centro - *Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais* (24,2 p.p.), no PO PH - *Formação avançada* (19,4 p.p.). e no PO FC - *Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial* (17 p.p.).

De forma complementar a estes níveis de compromisso (directo) deverão ainda ser tidos em conta os compromissos indirectos assumidos pelos PO no âmbito de subvenções globais para o período QREN, uma parte significativa das quais não se encontra ainda traduzida em operações aprovadas, pelo que não é reflectida na taxa de compromisso (directo).

As subvenções globais estabelecidas entre as Autoridades de Gestão dos PO Regionais e as Associações de Municípios constituem um dos melhores exemplos da relevância do compromisso indirecto, quer pelo

volume financeiro da contratualização (1,483 mil M€ de FEDER), quer pelo facto de cobrirem todo o território do Continente¹. Por exemplo, até final de Março, 82,3% desta verba ainda não se tinha traduzido em aprovações de operações no âmbito das respectivas subvenções. Ao nível dos compromissos indirectos destaque ainda para o reconhecimento formal, em Julho de 2009, de Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) – 11 Pólos de Competitividade e Tecnologia, 8 Clusters e 25 PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) –, que irão mobilizar um investimento elegível na ordem de 1,2 mil M€ apenas nos projectos âncora, ao que acresce o investimento decorrente dos projectos complementares.

26 mil candidaturas aprovadas, correspondendo a 15 mil M€ de despesa pública...

Até final de Março, foram aprovadas 25.918 candidaturas, o que representa um acréscimo de 27,1% em relação a Dezembro. Este volume de candidaturas aprovadas implica um investimento total de 20.389 M€ e uma comparticipação de fundos comunitários prevista de 10.912 M€ (mais 13,3% face ao mesmo período). A despesa pública (fundos comunitários mais contrapartida pública nacional) associada às candidaturas aprovadas é de 14.965 M€, representando um acréscimo de 13,6% face a Dezembro.

Este acréscimo de aprovações durante o 1º trimestre, avaliado pelo fundo comunitário aprovado, concentra-se no PO PH (+635 M€, equivalente a um acréscimo de 20,6%), no PO Centro (+170 M€, representando um acréscimo de 23,9%), e no PO Norte (+137 M€, com um acréscimo de 12,0%).

Até 31 de Março de 2010, foram submetidas mais de 56

¹ Os 22 contratos de delegação de competências com subvenção global entre as Autoridades de Gestão dos PO Regionais das regiões convergência do Continente e as associações de municípios, para todo o período do QREN, representam 28% da dotação FEDER total dos PO em causa, repartindo-se da seguinte forma: PO Norte 696 M€ (26% do PO), PO Centro 510 M€ (30% do PO) e PO Alentejo 256 M€ (29% do PO). Refira-se que, em 2009, foram também celebrados contratos de delegação de competências das Autoridades de Gestão dos PO Lisboa e Algarve na Área Metropolitana de Lisboa e na Comunidade Intermunicipal do Algarve, respectivamente, embora sem subvenção global.

mil candidaturas ao conjunto dos PO do QREN, com um volume de investimento previsto na ordem dos 54 mil M€. Os tempos médios de decisão efectivos são superiores aos

previstos na generalidade dos Programas, salientando-se apenas o PO Madeira FSE que decidiu, até final de Março de 2010, em prazo médio inferior ao previsto.

Grandes projectos notificados à Comissão Europeia

Até final de Março de 2010, foram submetidos à Comissão Europeia (CE) 19 grandes projectos (2 entretanto anulados a pedido das Autoridades de Gestão), dos quais 4 submetidos no 1º trimestre de 2010:

- seis relativos a projectos de investimento produtivo a co-financiar pelo PO FC (duas unidades fabris da fileira da madeira, uma da fileira metálica e três no ramo da química industrial);
- nove relativos a projectos de infra-estruturas a co-financiar pelo PO VT (um no domínio do tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos no Litoral Centro, três no domínio dos sistemas de saneamento das águas residuais – no Ave, na Península de Setúbal e em Trás-os-Montes e Alto Douro; um no domínio da rodovia, destinado a completar um importante nó viário na Grande Lisboa (CRIL), dois no domínio da ferrovia, um relativo à ligação ferroviária Sines-Elvas e outro relativo à Rede de Alta Velocidade, subtroço Poceirão-Évora; e ainda dois no âmbito das infra-estruturas do Alqueva);
- um relativo à construção do Novo Hospital Pediátrico em Coimbra, a apoiar no âmbito do PO Centro;
- e ainda um projecto relativo à instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade satelitar, da empresa Eutelsat, a apoiar no PO Madeira FEDER.

Os 17 projectos notificados apresentam um investimento total previsto de 2.750 M€ ao qual está associada uma participação de FEDER e Fundo de Coesão da ordem dos 1.061 M€.

À data de 31 de Março, estavam decididos favoravelmente pela CE seis dos grandes projectos notificados:

- (i) quatro apoiados pelo PO FC - o projecto relativo à criação de uma unidade fabril em Paços de Ferreira, da empresa SWEDWOOD Portugal, com um custo total previsto de 134,5 M€ e um FEDER de 29 M€; o projecto relativo à expansão da unidade fabril de pasta para papel na Figueira da Foz, da empresa CELBI, Celulose da Beira Industrial, com um custo total previsto de 320 M€ e um FEDER de 51,6 M€; o projecto de expansão da matéria-prima da fileira de poliuretanos em Estarreja, da CUF, com um custo total previsto de 125 M€ e um FEDER de 25 M€; e o projecto da Sociedade Portuguesa de Ar líquido, em Estarreja, com um custo total previsto de 57,2 M€ e um FEDER de 11,4 M€;
- (ii) um projecto apoiado pelo PO VT – o projecto de tratamento, valorização e destino final dos RSU do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro, da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., com um custo total previsto de 138 M€ e um financiamento FEDER de 80 M€;
- (iii) o projecto do PO Centro relativo ao Novo Hospital Pediátrico de Coimbra, com um custo total previsto de 104 M€ e um financiamento FEDER de 42,4 M€.

...concentrados sobretudo nas áreas da qualificação e educação e dos apoios a empresas

As operações aprovadas até ao final do 1º trimestre de 2010 concentram-se fortemente nas áreas da agenda temática Potencial Humano, que representa 45% do volume total de aprovações no âmbito do QREN até ao final de Março. Nesta agenda temática destacam-se as áreas de qualificação de dupla certificação de adultos (aprendizagem ao longo da vida, com 34%) e de jovens (qualificação inicial, com 22%) integradas na Iniciativa Novas Oportunidades, co-financiadas pelo FSE, bem como a forte aposta na melhoria das infra-estruturas da rede escolar²⁾ (20%), co-financiadas pelo FEDER.

Na agenda temática Factores de Competitividade (27% do total dos fundos aprovados no QREN) verifica-se uma concentração relevante das aprovações na área da inovação e renovação do modelo empresarial, que inclui os sistemas de incentivos às empresas.

Agenda Potencial Humano: mais de 1 milhão de participantes nas diversas modalidades de formação

Nas candidaturas contratualizadas no âmbito da agenda Potencial Humano, o nº de formandos abrangidos ou previstos abranger em acções de formação que conferem dupla certificação (concluídas, em execução ou a iniciar) ascende a 440 mil e nas outras modalidades de formação a 649 mil. Com o objectivo de reforçar a qualificação da população adulta activa de modo a contribuir para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial e para a adaptabilidade dos trabalhadores prevê-se ainda abranger em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), desenvolvidos em Centros de Novas Oportunidades, cerca de 650 mil adultos. No âmbito do

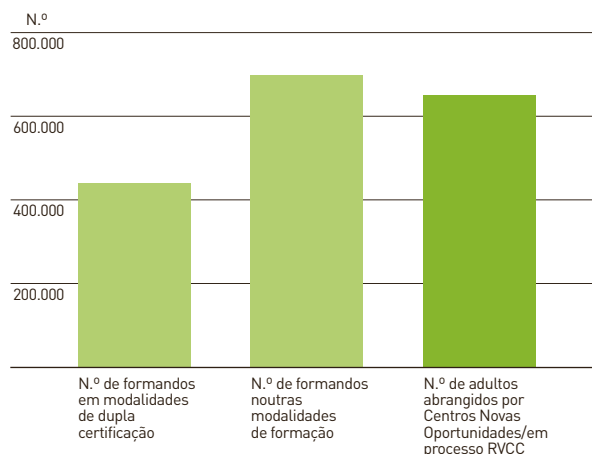
2 Estas infra-estruturas englobam centros escolares de 1.º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar, promovidos pelos municípios, modernização do parque escolar do ensino secundário, promovida pela Parque Escolar, E.P.E., e requalificação dos 2º e 3º ciclo do ensino básico, promovida por municípios e Direcções Regionais de Educação.

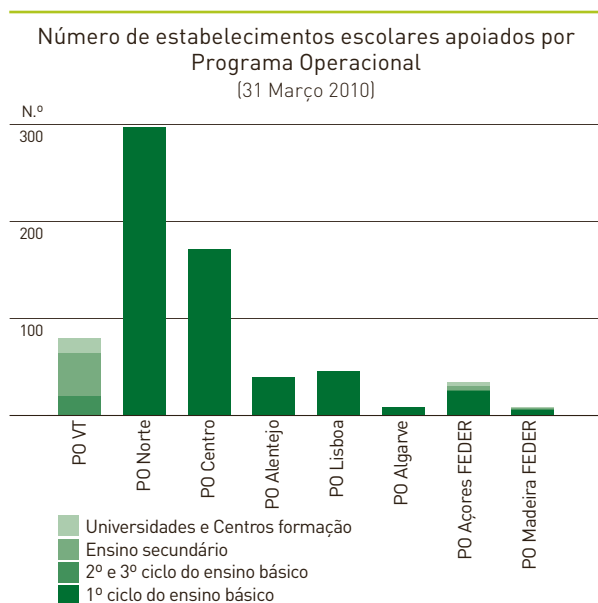
3 Nesta figura não foram considerados os fundos aprovados no âmbito da Assistência Técnica.

Fundo aprovado por Agenda Temática³
(31 Março 2010)
%

Potencial Humano 45%	Factores de Competitividade 27%	Valorização do Território 28%
Outros 17%	Outros 19%	Outros 7%
Formação Avançada 7%	Eng. Financ. 6%	Equipamentos para a Coesão 13%
Infra-estrutura da Rede Escolar 20%	Custos Púb. Contexto 9%	Protecção e Valorização do Ambiente 20%
Qualificação inicial 22%	Inovação e Renovação do Modelo Empresarial 66%	Acessibilidade e Mobilidade 29%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida 34%		Política de Cidades 31%

Número de participantes em formação e RVCC apoiados
(31 Março 2010)





reforço da capacidade científica e tecnológica nacional através da formação de recursos humanos altamente qualificados, serão abrangidos 8,4 mil bolseiros. De referir ainda, nesta agenda, 687 estabelecimentos de ensino apoiados, enquadrados nas seguintes tipologias: 595 Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (87%), revelando a forte aposta nesta área; 49 Escolas com ensino secundário; 22 Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico; 18 Escolas Superiores e Universidades e ainda 3 Centros de Formação.

Agenda Factores de Competitividade: incentivos e linhas de crédito abrangem mais de 7,9 mil empresas

Até ao final de Março de 2010, foram apoiadas 2.802 empresas com ajudas directas ao investimento atribuídas através dos sistemas de incentivos. De destacar os apoios concedidos pelo PO FC, respeitantes a projectos realizados por empresas de grande e média dimensão localizadas nas regiões convergência do Continente, com maior expressão em termos de volume de investimento na economia. Das 2.802 empresas apoiadas, 345 (12%) foram apoiadas no início da sua actividade (start-up), sendo de salientar que cerca de metade (157) das novas empresas apoiadas se situam em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.



Nesta Agenda é de registar o apoio a mais de 5 mil empresas através de mecanismos de engenharia financeira, os quais assumem particular expressão, de entre as medidas de combate à crise económica e financeira criadas pelo Governo. No Continente, ao abrigo do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) financiado pelo PO FC e pelos PO Regionais de Lisboa e Algarve, foram criadas as linhas de crédito PME Investe⁴ abrangendo um total de 4.240 empresas. Nas Linhas de Crédito criadas nas Regiões Autónomas, foram já apoiadas 861 empresas pelo PO Açores FEDER. No domínio dos custos públicos de contexto foram apoiadas 1.038 intervenções de apoio à modernização administrativa, destacando-se o PO FC com 878 intervenções de carácter nacional (578 centros multi-serviços e 300 balcões únicos) e, ao nível regional, o PO Norte com 83 intervenções.

4 O QREN só financia as linhas de crédito PME Investe I e II.

Sistemas de Incentivos ao investimento nas empresas do Continente

Os Sistemas de Incentivos (SI) ao investimento nas empresas assumem uma relevância significativa no domínio das prioridades do QREN no âmbito da Agenda Operacional para os Factores de Competitividade.

Os três Sistemas de Incentivos do Continente (SI Inovação, SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e SI à Qualificação e Internacionalização de PME) envolvem a articulação entre o PO FC e os PO Regionais do Continente na sua gestão.

Foram aprovadas até final de Março incentivos no valor de 1,8 mil M€ de FEDER, dos quais 1.257 M€ no âmbito do SI Inovação, 283 M€ no SI PME e 269 M€ no SI I&DT.

No SI Inovação a larga maioria dos fundos aprovados concentram-se em projectos de inovação produtiva ou projectos de interesse estratégico, sendo ainda de destacar os apoios a 159 projectos de empreendedorismo (80 M€), não obstante a sua natural reduzida proporção financeira em termos de volume de FEDER aprovado no âmbito deste SI.

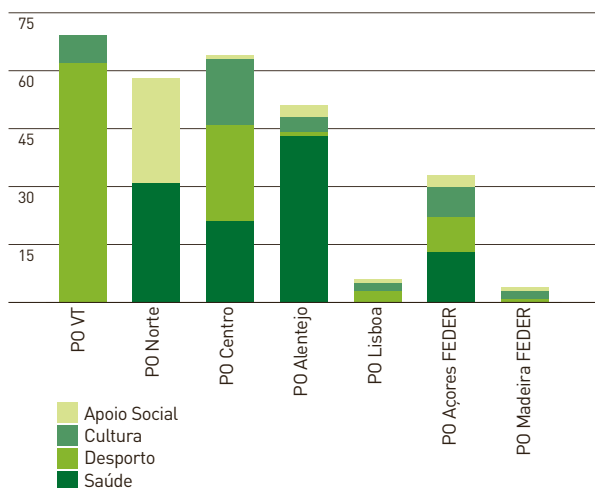
No SI I&DT assume maior relevância o fundo aprovado no quadro dos projectos em co-promoção (que envolvem consórcios entre empresas ou entre estas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico) com cerca de 146 M€ de fundo aprovado, seguidos da tipologia de investimento destinada a projectos individuais de empresas, com 101 M€.

No SI Qualificação e Internacionalização de PME os projectos desenvolvidos por empresas a título individual ou em cooperação apresentam um valor de aprovações de 181 M€, enquanto os projectos conjuntos (que envolvem o desenvolvimento de programas estruturados de intervenção em conjuntos de empresas por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico) correspondem a aprovações de 91 M€.

87% dos apoios aprovados nos sistemas de incentivos estão concentrados nas regiões do objectivo convergência Norte, Centro e Alentejo. Assumem maior peso relativo em termos de fundo aprovado o Norte e o Centro, com 35% dos apoios em cada região, seguidas do Alentejo com 18%. A esta análise não se pode dissociar a densidade do tecido empresarial de cada região. Lisboa e Algarve têm uma representatividade menos relevante, na ordem dos 3% e 1% respectivamente, devido às limitações nos respectivos envelopes financeiros oriundos da Política de Coesão da UE. De referir ainda o peso relativo dos projectos multi-regionais, na ordem dos 8%.

Em termos sectoriais, predominam os apoios destinados à Indústria, sector que concentra cerca de 67% do fundo total, facto em parte explicado por ser a este sector que pertencem alguns dos Grandes Projectos aprovados no QREN. A merecer destaque em termos de representatividade aparecem ainda os sectores dos Serviços (14%) e do Turismo (13%).

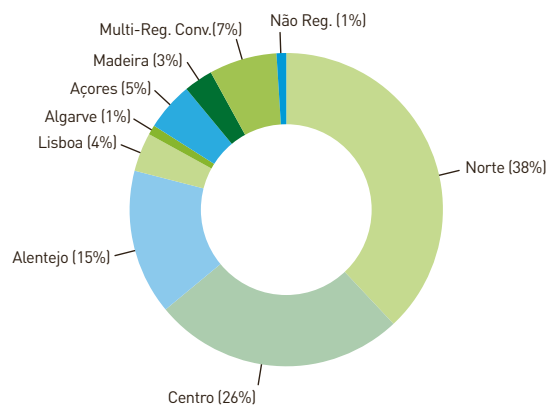
Número de equipamentos apoiados por tipologia por Programa Operacional (31 Março 2010)



Agenda Valorização do Território: apoiados 285 equipamentos públicos

No âmbito da agenda temática Valorização do Território (28% do total dos fundos aprovados no QREN), tem maior peso a implementação da Política de Cidades – POLIS XXI (31% do FEDER e FC aprovado), que engloba a implementação dos programas de acção das parcerias para a regeneração urbana e os programas estratégicos das redes urbanas para a competitividade e inovação (ambos nos POR), bem como o apoio a acções inovadoras para o desenvolvimento urbano e equipamentos estruturantes do sistema urbano (PO VT). Destaca-se ainda a área das acessibilidades e mobilidade com 29% e as aprovações na área do ambiente com 20% do total dos apoios no âmbito desta agenda. Neste domínio, assumem especial relevância as intervenções relativas ao ciclo urbano da água, ao tratamento e gestão de resíduos e às acções de defesa e valorização do litoral. Em termos de intervenções de mobilidade territorial de referir a construção, reabilitação e requalificação de estradas regionais ou locais num total de mais de 1.280 km, e, ainda, as intervenções referentes à CRIL troço Buraca – Pontinha e à ligação via expresso ao Porto do Funchal, em cerca de 10 km, no POVT. No âmbito da prevenção de riscos, há a considerar 155 projectos relativos a Planos Municipais de Emergência da

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por Região (31 Março 2010)

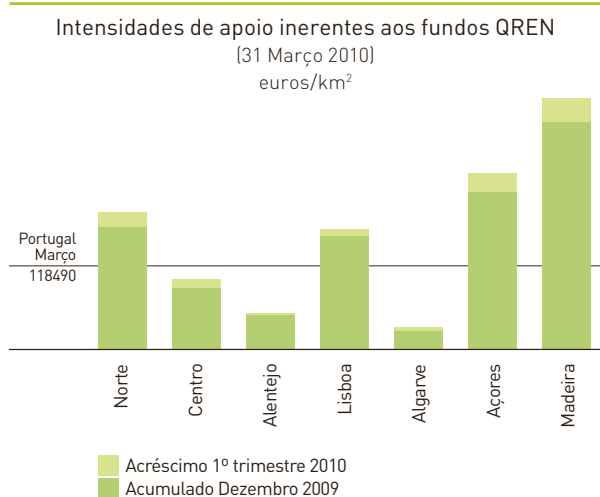
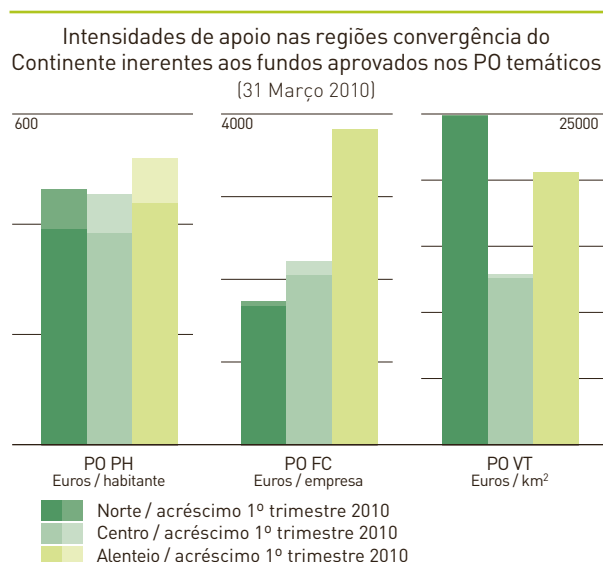
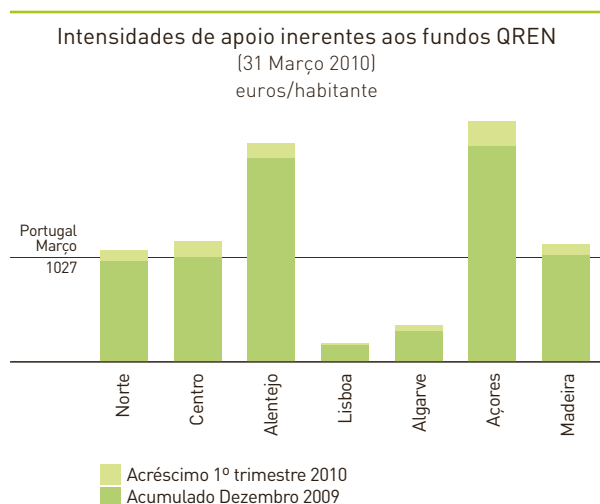


Protecção Civil, à construção, ampliação e requalificação de quartéis de bombeiros em todo o país, a intervenções de combate à erosão e defesa do litoral, com intervenções em arribas, dunas e praias e ainda a intervenções em áreas mineiras (Aljustrel e Lousal) e a Selagem da Lixeira da Silveira, nos Açores, tendo em vista a recuperação do passivo ambiental.

Foram ainda apoiados 285 equipamentos públicos pelo QREN, repartidos pelas seguintes tipologias: 108 unidades de saúde, 101 equipamentos desportivos, 40 equipamentos culturais, e 36 equipamentos de apoio social (no âmbito dos PO FEDER). No PO PH foram aprovadas mais de 200 candidaturas de equipamentos de apoio social, estando a decorrer os procedimentos de contratualização.

91% dos fundos aprovados estão concentrados nas regiões convergência

91% dos fundos comunitários aprovados, correspondendo a 87% das candidaturas, concentram-se nas regiões convergência (Norte, Centro, Alentejo e Açores). Face ao trimestre anterior o peso relativo das regiões regista alterações pouco significativas. Analisando as intensidades regionais de apoio inerente ao volume de aprovações registado até ao final do 1º trimestre de 2010, denota-se desde logo o reduzido valor das captações de fundos aprovados nas regiões



do Continente que estão fora do objectivo convergência (Lisboa e Algarve, este último em regime de phasing out), fruto da menor expressão financeira dos respectivos envelopes resultantes da definição comunitária dos mesmos para o período 2007-2013.

Os Açores, no contexto das regiões convergência, registam o valor mais elevado no que respeita à intensidade de apoio inerente ao volume de aprovações, com a diferença face às restantes a ser atenuada quando se relativiza por área (em vez de pela população). Contudo, nenhum destes denominadores – população e área – capta a questão específica associada à necessidade de um maior volume de investimento público nesta região, que deriva da configuração do arquipélago (e.g. transporte inter-ilhas e garantia de níveis de serviço à população independente da dimensão da procura).

Aprofundando a distribuição regional de cada um dos PO Temáticos nas regiões convergência do Continente, através da relativização desses apoios: pela população, no caso do PO PH, pelo número de empresas existentes na região, no caso do PO FC, e por área, no caso do PO VT, conclui-se que:

- i) as intensidades de apoio regional do PO PH não registam diferenças significativas (entre os 454 €/habitante no Centro e os 519 €/habitante no Alentejo);
- ii) o Alentejo surge com uma intensidade de apoio no âmbito do PO FC significativamente superior à das restantes, o que decorre da aprovação de alguns grandes projectos de investimento de inovação produtiva numa região com

uma fraca densidade empresarial;
iii) a região Norte surge com o valor mais elevado na relativização dos apoios aprovados do PO VT pela área da região.

Para além das aprovações cujo investimento é directamente imputável a cada uma das regiões convergência, há ainda investimento aprovado que não se encontra afecto exclusivamente a uma destas regiões, sendo, deste modo, classificado como multi-regional convergência ou não regionalizado, representando 8% do montante total aprovado até Março de 2010. Exemplos de tipologias de projectos nesta situação nos

3 PO Temáticos, para além das operações associadas à Assistência Técnica dos próprios PO, são: no PO PH, as bolsas de doutoramento em instituições estrangeiras no âmbito da formação avançada (eixo 4) ou o programa de estágios internacionais de jovens quadros no âmbito do INOV Contacto (eixo 5); no PO FC, projectos que abrangem duas ou mais regiões convergência no âmbito dos sistemas de incentivos a empresas (eixo 1 e 2), do sistema de apoio à modernização administrativa (eixo 4) ou do sistema de apoio a acções colectivas (Eixo 5); e no PO VT, o projecto de equipamentos terminais de comunicação de tecnologia digital TETRA do SIRESP.

Aprovações ao abrigo do mecanismo de efeitos de difusão (*spill-over effect*)

No âmbito do QREN, a territorialização dos investimentos apoiados é efectuada, em regra, em função da localização física dos investimentos materiais ou, no caso dos investimentos imateriais, da localização da entidade beneficiária.

Em casos excepcionais em que os destinatários que usufruem das intervenções estão geograficamente dissociados da localização dos investimentos e dos seus promotores, estão previstos no QREN critérios distintos de territorialização das intervenções. Entre eles, incluem-se as regras de territorialização das operações com relevante efeito de difusão (*spill-over effect*), que se aplicam exclusivamente às tipologias:

- Apoio a consórcios de I&DT entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico (eixo 1 do PO FC);
- Administração pública eficiente e de qualidade (eixo 4 do PO FC);
- Formações estratégicas para a gestão e inovação na administração pública (eixo 3 do PO PH).

Para além de se cingirem a estas tipologias, estas regras definem ainda restrições adicionais, quer ao nível da participação obrigatória de empresas das regiões convergência nos consórcios de I&DT, quer ao nível do montante do investimento elegível no caso das operações relativas à administração pública (apenas se considera elegível a percentagem do custo total do projecto que corresponde à proporção da população residente nas regiões convergência).

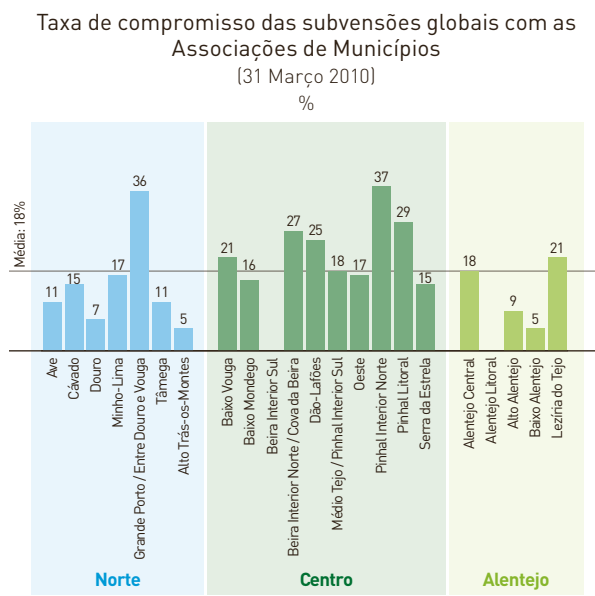
Até ao final de Março, as operações aprovadas com relevante efeito de difusão representavam, nestes dois Programas:

- 144,1 M€ de FEDER comprometido no PO FC, o que corresponde a 4,6% da dotação total do PO e a 8,4% do FEDER aprovado até esta data;
- 7,6 M€ de FSE comprometido no PO PH, o que corresponde a 0,1% da dotação FSE total do PO e a 0,2% do volume de FSE aprovado até à data

18% das verbas colocadas a concurso pelas Associações de Municípios comprometidas

No final de Março, o fundo comprometido através de concursos lançados pelas Associações de Municípios, no âmbito das subvenções globais estabelecidas com os PO Regionais Norte, Centro e Alentejo, ascendia a 262,3 M€, o que corresponde a 18% da dotação global subvencionada. A este montante estão associadas 375 operações aprovadas e um investimento total de 485 M€. Neste trimestre foram aprovadas 162 candidaturas (+ 76%) correspondendo a um fundo aprovado de 108 M€ (+70%). Nos 296 concursos abertos pelas Associações de Municípios, com uma dotação FEDER a concurso de 731 M€, os três PO da Convergência aprovaram 375 candidaturas, com um investimento total de 485 M€ e 262,3 M€ de FEDER, assim distribuídos: o PO Norte aprovou 169 candidaturas, com um investimento total de 218 M€ e 125,6 M€ de fundo, o PO Centro aprovou 146 candidaturas com um investimento total de 214 M€ e 104,7 M€ de fundo, e o PO Alentejo aprovou 60 candidaturas, associadas a um investimento total de 53 M€ e a um fundo de 32 M€. Em termos de taxa de compromisso, a proporção é mais elevada na região Centro (21%), seguida da região Norte (18%) e da região Alentejo (13%). Considerando aqueles concursos, a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Pinhal Interior Norte, com 9,9 M€ aprovados, e a Área Metropolitana do Porto, com 66,6 M€ aprovados, registam as maiores proporções da respectiva subvenção global comprometida (37% e 36%, respectivamente). Também de destacar neste indicador, com taxas de compromisso das respectivas subvenções globais acima dos 25%, as CIM do Pinhal Litoral (29%) e da Comurbeiras (27%). Em termos absolutos, assumem ainda relevância os valores aprovados no âmbito das subvenções das CIM Dão-Lafões (17,8 M€), Oeste (15,7 M€) Tâmega e Sousa (15,5 M€) e Lezíria do Tejo (15,2 M€).

Fazendo uma análise global por tipologia, constata-se que mais de 70% das verbas FEDER aprovadas no âmbito dos concursos lançados pelas Associações de Municípios se concentram nas áreas da requalificação da rede escolar (36%) e da mobilidade territorial (35%).



Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

Com o intuito de assegurar a plena eficácia dos objectivos prosseguidos através do modelo de gestão que preside às contratualizações com as Associações de Municípios, foi acordado em 9 de Março de 2010, entre o Governo e a ANMP, um Memorando de Entendimento quanto à necessidade de implementar um conjunto de medidas, que têm por objectivo:

- Acelerar, a curto prazo, a execução dos projectos de iniciativa municipal no âmbito do QREN;
- Reforçar o reconhecimento dos municípios, nomeadamente através das CIM (Comunidades Inter-municipais), enquanto parceiros estratégicos das políticas públicas de desenvolvimento, crescimento e emprego.

As 18 iniciativas contidas no referido Memorando de Entendimento são as seguintes:

- 01 - Medida de contingência para o sistema de gestão e controlo
- 02 - Utilização da modalidade de acesso de “balcão permanente”
- 03 - Aumento das taxas de co-financiamento para 80% nos PO regionais em 2010
- 04 - Aumento do financiamento aos Centros Escolares
- 05 - Flexibilização da utilização das dotações contratualizadas
- 06 - Possibilidade de transição de projectos de equipamentos sociais sem acolhimento financeiro noutros programas do QREN para os programas regionais
- 07 - Possibilidade de transição de projectos com aprovação condicionada no QCAIII para os programas regionais do QREN
- 08 - Avaliação da execução, reforço ou redução das dotações contratualizadas
- 09 - Celeridade nos pagamentos e cumprimento de prazos regulamentares
- 10 - Revisão de procedimentos entre IFDR, AG dos PO Regionais e CIM
- 11 - Simplificação de procedimentos associados aos limites de endividamento
- 12 - Simplificação dos processos de emissão dos pareceres sectoriais
- 13 - Solução de contingência para análise dos projectos de Regeneração Urbana
- 14 - Ciclo urbano da água – articulação PO Regionais com POVT
- 15 - Acções de formação sobre contratação pública, procedimentos e projectos geradores de receita
- 16 - Encontros regulares Coordenação do QREN, ANMP e Dirigentes das CIM
- 17 - Melhoria da informação disponibilizada à ANMP para melhor acompanhar o investimento municipal
- 18 - Revisão sistemática dos regulamentos específicos



COMISSÃO TÉCNICA DE COORDENAÇÃO DO OREN :: INDICADORES CONJUNTURAIS DE MONITORIZAÇÃO ::



Informação



Processo de Selecção

Programa Operacional	Dotação de Fundo	Total de concursos/periodos de candidatura			Concursos/periodos de candidatura em aberto		Concursos/periodos de candidatura encerrados		Tempos médios de decisão*		
		Número	Fundo comunitário a concurso	% da Dotação de Fundo	Número	Fundo comunitário a concurso	Número	Fundo comunitário a concurso	Dos quais, Decididos	Previsto	Efectivo
QREN	21 411 561	1 326	10 735 502	n.a.	166	2 637 072	1 160	8 098 430	832	n.a.	n.a.
PO Temáticos	13 879 721	274	6 696 896	n.a.	30	2 237 500	244	4 459 396	195	104	127
PO Potencial Humano	6 117 388	117	n.a.	n.a.	1	n.a.	116	n.a.	100	60	108
PO Factores de Competitividade	3 103 789	126	1 811 896	58%	24	0	102	1 811 896	76	89	106
PO Valorização do Território	4 658 544	31	4 885 000	105%	5	2 237 500	26	2 647 500	19	164	167
PO Regionais do Continente	5 763 853	900	4 038 606	70%	99	399 572	801	3 639 034	542	79	112
PO Norte	2 711 645	226	1 768 191	65%	15	216 340	211	1 551 851	140	86	132
PO Centro	1 701 633	264	1 233 539	72%	12	15 566	252	1 217 973	164	78	150
PO Alentejo	868 934	250	706 623	81%	67	156 881	183	549 742	102	75	101
PO Lisboa	306 689	64	231 144	75%	2	500	62	230 644	55	84	84
PO Algarve	174 952	96	99 109	57%	3	10 285	93	88 824	81	73	95
PO Regiões Autónomas	1 601 898	149	n.a.	n.a.	34	n.a.	115	n.a.	95	n.a.	n.a.
PO Açores - FEDER	966 349	6	n.a.	n.a.	6	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.d.	n.d.
PO Açores - FSE	190 000	73	n.a.	n.a.	0	n.a.	73	n.a.	56	60	93
PO Madeira - FEDER	320 549	27	n.a.	n.a.	27	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	90	118
PO Madeira - FSE	125 000	43	n.a.	n.a.	1	n.a.	42	n.a.	39	90	80
PO de Assistência Técnica	166 088	3	0	0%	3	0	0	0	0	50	53
POAT FEDER	86 088	3	0	0%	3	0	0	0	0	40	8
POAT FSE	80 000	n.a.	n.a.		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	60	98

* No caso específico do PO AT FSE o tempo médio de decisão tem em conta que a comunicação da decisão aos beneficiários é feita após homologação da tutela.

Programa Operacional	Candidaturas apresentadas			Candidaturas aprovadas					
	Número	Investimento / custo total previsto mil euros	Investimento / custo médio por candidatura mil euros	Número	Investimento / custo total mil euros	Investimento / custo elegível mil euros	Despesa Pública mil euros	Fundo Comunitário mil euros	Investimento / custo médio por candidatura mil euros
QREN	56 475	54 723 350	969	25 918	20 389 146	18 106 476	14 965 177	10 911 754	787
PO Temáticos	43 045	39 344 876	914	19 735	13 469 197	12 424 500	9 876 513	7 294 762	683
PO Potencial Humano	35 179	18 653 236	530	16 432	5 625 633	5 625 633	5 355 682	3 709 615	342
PO Factores de Competitividade	6 923	12 889 233	1 862	3 002	4 817 742	4 132 897	1 993 140	1 723 342	1 605
PO Valorização do Território	943	7 802 407	8 274	301	3 025 822	2 665 970	2 527 691	1 861 804	10 053
PO Regionais do Continente	10 874	13 580 079	1 249	4 699	5 730 047	4 604 079	4 026 699	2 776 592	1 219
PO Norte	5 301	5 249 752	990	2 226	2 322 795	1 960 156	1 755 951	1 283 724	1 043
PO Centro	2 949	4 495 101	1 524	1 444	1 778 968	1 426 512	1 277 899	879 918	1 232
PO Alentejo	1 115	1 466 769	1 315	531	749 750	629 078	509 966	360 331	1 412
PO Lisboa	1 139	1 896 422	1 665	367	696 901	469 161	404 097	208 536	1 899
PO Algarve	370	472 034	1 276	131	181 633	119 173	78 785	44 082	1 387
PO Regiões Autónomas	2 386	1 688 936	708	1 367	1 115 022	1 003 238	987 312	776 944	816
PO Açores - FEDER	545	813 973	1 494	419	533 404	533 404	533 404	429 004	1 273
PO Açores - FSE	693	195 161	282	383	122 800	122 800	122 226	103 892	321
PO Madeira - FEDER	252	489 172	1 941	140	354 539	242 756	229 020	161 809	2 532
PO Madeira - FSE	896	190 630	213	425	104 279	104 279	102 663	82 239	245
PO de Assistência Técnica	170	109 460	644	117	74 880	74 658	74 654	63 456	640
POAT FEDER	15	24 712	1 647	15	24 712	24 489	24 489	20 816	1 647
POAT FSE	155	84 748	547	102	50 169	50 169	50 165	42 640	492

Programa Operacional	Taxa de admissibilidade		Taxa de aprovação bruta		Taxa de aprovação líquida		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação	
	Candidaturas %	Investimento / custo total %	Candidaturas %	Investimento / custo total %	Candidaturas %	Investimento / custo total %	Número	Fundo comunitário mil euros	Candidaturas %	Fundo Comunitário %
QREN	86%	89%	59%	63%	74%	81%	19 648	8 937 308	76%	82%
PO Temáticos	82%	89%	51%	60%	71%	82%	14 772	5 933 391	75%	81%
PO Potencial Humano	97%	98%	48%	32%	62%	63%	12 568	3 056 269	76%	82%
PO Factores de Competitividade	94%	91%	55%	77%	59%	86%	1 935	1 451 210	64%	84%
PO Valorização do Território	53%	76%	49%	72%	93%	99%	269	1 425 912	89%	77%
PO Regionais do Continente	74%	77%	51%	56%	73%	77%	3 483	2 180 321	74%	79%
PO Norte	79%	83%	55%	59%	75%	81%	1 560	982 448	70%	77%
PO Centro	78%	81%	57%	62%	76%	73%	1 081	700 369	75%	80%
PO Alentejo	77%	88%	58%	62%	82%	79%	416	294 121	78%	82%
PO Lisboa	73%	70%	39%	42%	54%	60%	332	175 751	90%	84%
PO Algarve	62%	61%	46%	56%	76%	92%	94	27 631	72%	63%
PO Regiões Autónomas	97%	99%	62%	67%	73%	84%	1 276	760 140	93%	98%
PO Açores - FEDER	96%	99%	79%	72%	98%	99%	419	429 004	100%	100%
PO Açores - FSE	98%	100%	64%	68%	73%	85%	333	97 239	87%	94%
PO Madeira - FEDER	96%	99%	56%	72%	72%	84%	102	152 472	73%	94%
PO Madeira - FSE	99%	99%	48%	55%	50%	68%	422	81 426	99%	99%
PO de Assistência Técnica	99%	99%	83%	80%	85%	86%	117	63 456	100%	100%
POAT FEDER	100%	100%	100%	100%	100%	100%	15	20 816	100%	100%
POAT FSE	98%	98%	66%	59%	71%	73%	102	42 640	100%	100%

:: COMISSÃO TÉCNICA DE COORDENAÇÃO DO QREN :: INDICADORES CONJUNTURAIS DE MONITORIZAÇÃO ::

NUTS II	Candidaturas apresentadas				Candidaturas aprovadas							
	Número	% em coluna	Investimento/ custo total previsto		Número	% em coluna	Investimento/ custo total		Investimento/ custo elegível		Fundo comunitário	% em coluna
			[mil euros]	% em coluna			[mil euros]	% em coluna	[mil euros]	% em coluna		
QREN	56 469	100%	54 719 692	100%	25 918	100%	20 389 146	100%	18 106 476	100%	10 911 754	99%
Norte	23 316	41%	18 891 150	35%	10 614	41%	7 170 911	35%	6 533 795	36%	4 129 448	38%
Centro	16 028	28%	17 465 803	32%	7 671	30%	5 573 659	27%	4 958 020	27%	2 825 809	26%
Alentejo	5 221	9%	8 206 813	15%	2 476	10%	3 323 830	16%	2 912 470	16%	1 627 142	15%
Lisboa	4 819	9%	4 308 412	8%	1 771	7%	1 297 531	6%	986 779	5%	499 968	4%
Algarve	2 218	4%	1 454 128	3%	874	3%	346 684	2%	283 680	2%	154 983	1%
Açores	1 241	2%	1 081 119	2%	804	3%	714 490	4%	709 225	4%	577 965	5%
Madeira	1 153	2%	739 921	1%	569	2%	519 673	3%	405 375	2%	285 063	3%
Multi-regional convergência	2 426	4%	2 468 907	5%	1 098	4%	1 350 182	7%	1 225 016	7%	739 286	7%
Não regionalizado	48	0%	103 438	0%	41	0%	92 187	0%	92 115	1%	72 090	1%
PO Potencial Humano	35 179	100%	18 653 236	100%	16 432	100%	5 625 633	100%	5 625 633	100%	3 709 615	100%
Norte	14 968	43%	8 222 239	44%	7 098	43%	2 596 609	46%	2 596 609	46%	1 734 947	47%
Centro	10 724	30%	5 316 231	29%	5 248	32%	1 629 163	29%	1 629 163	29%	1 082 012	29%
Alentejo	3 692	10%	1 873 378	10%	1 787	11%	590 293	10%	590 293	10%	392 994	11%
Lisboa	3 592	10%	1 892 741	10%	1 364	8%	286 979	5%	286 979	5%	134 452	4%
Algarve	1 793	5%	722 002	4%	732	4%	144 118	3%	144 118	3%	96 501	3%
Multi-regional convergência	369	1%	568 993	3%	165	1%	321 624	6%	321 624	6%	221 308	6%
Não regionalizado	41	0%	57 651	0%	38	0%	56 847	1%	56 847	1%	47 402	1%
PO Factores de Competitividade	6 923	100%	12 889 233	100%	3 002	100%	4 817 742	100%	4 132 897	100%	1 723 342	100%
Norte	2 739	40%	2 745 203	21%	1 204	40%	1 420 144	29%	1 212 083	29%	580 399	34%
Centro	2 017	29%	5 619 766	44%	879	29%	1 599 586	33%	1 373 946	33%	499 538	29%
Alentejo	287	4%	2 781 423	22%	109	4%	890 450	18%	764 232	18%	223 081	13%
Multi-regional convergência	1 880	27%	1 742 840	14%	810	27%	907 562	19%	782 636	19%	420 323	24%
Não regionalizado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PO Valorização do Território	943	100%	7 802 407	100%	301	100%	3 025 822	100%	2 665 970	100%	1 861 804	100%
Norte	308	33%	2 673 956	34%	86	29%	831 363	27%	764 947	29%	530 378	28%
Centro	338	36%	2 034 705	26%	100	33%	565 943	19%	528 399	20%	364 341	20%
Alentejo	127	13%	2 085 243	27%	49	16%	1 093 338	36%	928 867	35%	650 736	35%
Lisboa	90	10%	520 799	7%	37	12%	312 129	10%	229 125	9%	155 692	8%
Algarve	52	6%	258 874	3%	9	3%	20 075	1%	19 534	1%	13 674	1%
Açores (Fundo de Coesão)	3	0%	71 986	1%	2	1%	58 286	2%	53 022	2%	45 069	2%
Madeira (Fundo de Coesão)	2	0%	58 498	1%	2	1%	59 671	2%	57 161	2%	40 013	2%
Multi-regional convergência	16	2%	52 561	1%	13	4%	49 677	2%	49 647	2%	37 215	2%
Não regionalizado	7	1%	45 787	1%	3	1%	35 340	1%	35 268	1%	24 688	1%
PO Regionais	13 254	100%	15 265 356	100%	6 066	100%	6 845 069	100%	5 607 318	100%	3 553 536	100%
Norte	5 301	40%	5 249 752	34%	2 226	37%	2 322 795	34%	1 960 156	35%	1 283 724	36%
Centro	2 949	22%	4 495 101	29%	1 444	24%	1 778 968	26%	1 426 512	25%	879 918	25%
Alentejo	1 115	8%	1 466 769	10%	531	9%	749 750	11%	629 078	11%	360 331	10%
Lisboa	1 133	9%	1 892 764	12%	367	6%	696 901	10%	469 161	8%	208 536	6%
Algarve	370	3%	472 034	3%	131	2%	181 633	3%	119 173	2%	44 082	1%
Açores - FEDER	545	4%	813 973	5%	419	7%	533 404	8%	533 404	10%	429 004	12%
Açores - FSE	693	5%	195 161	1%	383	6%	122 800	2%	122 800	2%	103 892	3%
Madeira - FEDER	252	2%	489 172	3%	140	2%	354 539	5%	242 756	4%	161 809	5%
Madeira - FSE	896	7%	190 630	1%	425	7%	104 279	2%	104 279	2%	82 239	2%
PO Assistência Técnica FEDER	15	100%	24 712	0%	15	100%	24 712	0%	24 489	0%	20 816	0%
PO Assistência Técnica FSE	155	100%	84 748	100%	102	100%	50 169	100%	50 169	100%	42 640	100%

Execução Financeira

Programa Operacional	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			
	Financiamento Total*	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário
	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros
QREN	32 722 274	28 539 384	21 411 561	20 389 146	18 106 476	14 965 177	10 911 754
FSE	9 209 889	9 209 889	6 512 388	5 902 880	5 902 880	5 630 735	3 938 386
FEDER	19 141 006	15 403 307	11 839 207	12 844 509	10 811 124	8 079 065	5 995 380
Fundo de Coesão	4 371 380	3 926 188	3 059 966	1 641 756	1 392 471	1 255 377	977 988
PO Temáticos	20 876 791	18 614 878	13 879 721	13 469 197	12 424 500	9 876 513	7 294 762
PO Potencial Humano	8 736 190	8 736 190	6 117 388	5 625 633	5 625 633	5 355 682	3 709 615
PO Factores de Competitividade	5 510 641	3 789 341	3 103 789	4 817 742	4 132 897	1 993 140	1 723 342
PO Valorização do Território	6 629 960	6 089 347	4 658 544	3 025 822	2 665 970	2 527 691	1 861 804
PO Regionais do Continente	9 629 647	7 708 669	5 763 853	5 730 047	4 604 079	4 026 699	2 776 592
PO Norte	4 254 748	3 664 705	2 711 645	2 322 795	1 960 156	1 755 951	1 283 724
PO Centro	2 881 115	2 212 240	1 701 633	1 778 968	1 426 512	1 277 899	879 918
PO Alentejo	1 460 022	1 117 011	868 934	749 750	629 078	509 966	360 331
PO Lisboa	681 364	472 479	306 689	696 901	469 161	404 097	208 536
PO Algarve	352 398	242 235	174 952	181 633	119 173	78 785	44 082
PO Regiões Autónomas	2 020 439	2 020 439	1 601 898	1 115 022	1 003 238	987 312	776 944
PO Açores - FEDER	1 190 905	1 190 905	966 349	533 404	533 404	533 404	429 004
PO Açores - FSE	223 529	223 529	190 000	122 800	122 800	122 226	103 892
PO Madeira - FEDER	449 953	449 953	320 549	354 539	242 756	229 020	161 809
PO Madeira - FSE	156 051	156 051	125 000	104 279	104 279	102 663	82 239
PO de Assistência Técnica	195 398	195 398	166 088	74 880	74 658	74 654	63 456
POAT FEDER	101 280	101 280	86 088	24 711	24 489	24 489	20 816
POAT FSE	94 118	94 118	80 000	50 169	50 169	50 165	42 640

* Esta coluna reproduz o valor de financiamento total presente nos quadros financeiros das decisões dos PO. Não representa a totalidade do investimento directamente alavancado pelo QREN, na medida em que não engloba o investimento não elegível bem como investimentos indissociáveis dos investimentos co-financiados pelo QREN. De acordo com os quadros financeiros dos diversos PO, estimou-se um investimento total directamente alavancado pelo QREN na ordem dos 44 mil milhões de euros.

Programa Operacional	Despesa validada (VAL)		Pagamentos aos beneficiários		Indicadores financeiros (Fundo)					
	Investimento/custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (VAL/PR)	Taxa de realização (VAL/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/VAL)	Rácio pagamento/programado (PG/PR)
	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%	%	%	%	%
QREN	4 031 797	3 431 787	2 527 382	2 722 510	51,0%	11,8%	23,2%	25,0%	107,7%	12,7%
FSE	1 784 003	1 758 965	1 241 399	1 310 777	60,5%	19,1%	31,5%	33,3%	105,6%	20,1%
FEDER	1 955 861	1 380 951	1 082 558	1 211 599	50,6%	9,1%	18,1%	20,2%	111,9%	10,2%
Fundo de Coesão	291 934	291 871	203 425	200 135	32,0%	6,6%	20,8%	20,5%	98,4%	6,5%
PO Temáticos	3 197 860	2 614 726	1 908 148	2 020 953	52,6%	13,7%	26,2%	27,7%	105,9%	14,6%
PO Potencial Humano	1 691 890	1 667 620	1 165 410	1 229 137	60,6%	19,1%	31,4%	33,1%	105,5%	20,1%
PO Factores de Competitividade	996 585	437 784	382 663	446 823	55,5%	12,3%	22,2%	25,9%	116,8%	14,4%
PO Valorização do Território	509 385	509 322	360 075	344 993	40,0%	7,7%	19,3%	18,5%	95,8%	7,4%
PO Regionais do Continente	397 646	381 943	274 092	345 094	48,2%	4,8%	9,9%	12,4%	125,9%	6,0%
PO Norte	157 202	148 782	113 746	155 785	47,3%	4,2%	8,9%	12,1%	137,0%	5,7%
PO Centro	113 790	108 460	82 958	98 000	51,7%	4,9%	9,4%	11,1%	118,1%	5,8%
PO Alentejo	56 330	55 648	39 839	53 199	41,5%	4,6%	11,1%	14,8%	133,5%	6,1%
PO Lisboa	54 238	53 017	28 914	28 361	68,0%	9,4%	13,9%	13,6%	98,1%	9,2%
PO Algarve	16 086	16 036	8 635	9 748	25,2%	4,9%	19,6%	22,1%	112,9%	5,6%
PO Regiões Autónomas	406 130	404 956	319 504	328 613	48,5%	19,9%	41,1%	42,3%	102,9%	20,5%
PO Açores - FEDER	281 708	281 708	224 779	225 155	44,4%	23,3%	52,4%	52,5%	100,2%	23,3%
PO Açores - FSE	32 171	32 069	27 259	33 086	54,7%	14,3%	26,2%	31,8%	121,4%	17,4%
PO Madeira - FEDER	58 006	57 599	40 578	43 710	50,5%	12,7%	25,1%	27,0%	107,7%	13,6%
PO Madeira - FSE	34 246	33 580	26 888	26 663	65,8%	21,5%	32,7%	32,4%	99,2%	21,3%
PO de Assistência Técnica	30 162	30 162	25 637	27 851	38,2%	15,4%	40,4%	43,9%	108,6%	16,8%
PO AT FEDER	4 465	4 465	3 796	5 960	24,2%	4,4%	18,2%	28,6%	157,0%	6,9%
PO AT FSE	25 696	25 696	21 842	21 891	53,3%	27,3%	51,2%	51,3%	100,2%	27,4%

Indicadores de realização

Agenda Potencial Humano

Programa Operacional	Estabelecimentos de ensino apoiados (centros escolares do 1º ciclo do ensino básico)	Estabelecimentos de ensino apoiados (escolas do ensino secundário)	Estabelecimentos de ensino apoiados (escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico)	Estabelecimentos de ensino apoiados (universidades e centros de formação)	N.º de formandos em modalidades de dupla certificação*	N.º de formandos noutras modalidades de formação	N.º de adultos abrangidos por Centros Novas Oportunidades / em processo RVCC	N.º de bolseiros em acções de formação avançada	N.º de diplomados	N.º de adultos que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas	N.º de estágios apoiados	N.º de abrangidos em situação de desfavorecimento
	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
QREN	595	49	22	21	439 931	648 907	649 929	8 408	43 709	51 336	48 861	34 511
FSE	—	—	—	—	439 931	648 907	649 929	8 408	43 709	51 336	48 861	34 511
FEDER	595	49	22	21	—	—	—	—	—	—	—	—
Fundo de Coesão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Temáticos	—	44	20	16	423 684	597 472	645 092	7 613	42 969	50 882	42 439	34 054
PO Potencial Humano	—	—	—	0	423 684	597 472	645 092	7 613	42 969	50 882	42 439	34 054
PO Factores de Competitividade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território	—	44	20	16	—	—	—	—	—	—	—	—
FEDER	—	44	20	16	—	—	—	—	—	—	—	—
FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	564	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Norte	297	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Centro	172	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Alentejo	40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Lisboa	46	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Algarve	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regiões Autónomas	31	5	2	5	16 247	51 435	4 837	795	740	454	6 422	457
PO Açores - FEDER	25	4	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Açores - FSE	—	—	—	0	11 258	16 309	0	128	237	0	4 000	0
PO Madeira - FEDER	6	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FSE	—	—	—	0	4 989	35 126	4 837	667	503	454	2 422	457

— Não aplicável

* Indicador: N.º de formandos em modalidades de dupla certificação: N.º de Formandos abrangidos ou previstos abranger em acções de formação que conferem dupla certificação, concluídas, em execução ou a iniciar (candidaturas contratualizadas/aprovadas e aceites), inclui Sistema de Aprendizagem, Escolas de Turismo; Ensino Profissional, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos de Especialização Tecnológica e Cursos de Educação e Formação de Adultos.

No caso de formação de longa duração, organizada em anos curriculares (ex: sistema de aprendizagem, ensino profissional), o n.º de formandos abrangido ou previsto abranger refere-se aos formandos de cada um dos anos do curso.

Agenda Factores de Competitividade

Programa Operacional	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Investimento total previsto nos projectos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Investimento elegível previsto nos projectos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira	Investimento total em I&D	Acções colectivas apoiadas	Lojas do cidadão /centros multi-serviços/ balcão único apoiados
	n.º	mil euros	mil euros	n.º	n.º	n.º	mil euros	n.º	n.º
QREN	2 802	4 489 666	3 769 075	345	157	5 101	624 205	446	1 038
FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FEDER	2 802	4 489 666	3 769 075	345	157	5 101	624 205	446	1 038
Fundo de Coesão	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Temáticos	783	3 241 459	2 772 673	55	20	3 545	349 487	115	878
PO Potencial Humano	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Factores de Competitividade	783	3 241 459	2 772 673	55	20	3 545	349 487	115	878
PO Valorização do Território	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FEDER	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	1 797	1 096 999	846 366	269	132	695	265 833	300	142
PO Norte	888	443 551	351 262	145	71	—	115 502	95	83
PO Centro	569	366 660	289 177	85	49	—	58 925	200	7
PO Alentejo	144	120 683	97 146	14	1	—	292	5	40
PO Lisboa	150	146 806	99 482	15	11	560	88 052	0	11
PO Algarve	46	19 300	9 299	10	0	135	3 062	0	1
PO Regiões Autónomas	222	151 208	150 037	21	5	861	8 885	31	18
PO Açores - FEDER	180	140 324	140 324	0	0	861	3 368	—	18
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FEDER	42	10 884	9 713	21	5	0	5 518	31	0
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—

— Não aplicável

Agenda Valorização do Território

Programa Operacional	Km de novas estradas e estradas a reabilitar/intervencionar	Km de nova ferrovia ou de ferrovia a reabilitar/intervencionar	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	Km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	Projectos de prevenção de riscos	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (saúde)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (cultural)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (desporto)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (sociais)
	km	km	km	km	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
QREN	1 298	30	56	25	155	108	40	101	72
FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FEDER	1 288	1	56	25	82	108	40	101	36
Fundo de Coesão	0	0	0	0	0	—	—	—	—
PO Temáticos	10	29	0	0	73	0	7	62	36
PO Potencial Humano	—	—	—	—	—	—	—	—	*
PO Factores de Competitividade	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território	10	29	0	0	73	0	7	62	0
FEDER	0	—	0	0	—	0	7	62	0
FC	10	29	0	0	73	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	998	1	6	0	73	95	23	29	32
PO Norte	718	1	0	0	20	31	0	0	27
PO Centro	207	0	0	0	41	21	17	25	1
PO Alentejo	73	0	6	0	5	43	4	1	3
PO Lisboa	—	—	—	—	7	0	2	3	1
PO Algarve	—	—	—	—	0	—	0	—	—
PO Regiões Autónomas	290	0	50	25	9	13	10	10	4
PO Açores - FEDER	286	—	24	1	5	13	8	9	3
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	0
PO Madeira - FEDER	4	—	26	24	4	0	2	1	1
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	0

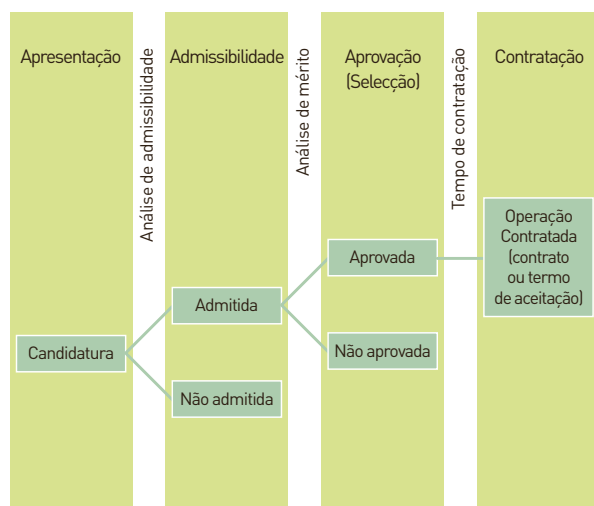
— Não aplicável

* No PO PH foram aprovadas mais de 200 candidaturas nesta tipologia de equipamentos, estando a decorrer os procedimentos de contratualização



Conceitos e notas explicativas

Ciclo de vida das candidaturas no âmbito do processo de selecção



Candidatura: Pedido formal de apoio financeiro público (nacional e/ou comunitário) apresentado pelo beneficiário à Autoridade de Gestão de um PO, com vista a garantir a realização de projectos elegíveis financiados no âmbito do PO. A candidatura formaliza-se através do preenchimento de um formulário tipo – no qual é, nomeadamente, descrita a operação a financiar, os seus objectivos, a sua sustentabilidade, o calendário de execução e a programação financeira – e demais documentação exigida para a sua instrução.

Candidatura apresentada: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo/aberto). Nos casos de concursos ou períodos de candidatura fechados apenas se consideram as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos avisos.

Candidatura admitida: candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão para integrar o processo de selecção.

Candidatura aprovada: Candidatura seleccionada e com decisão de aprovação e consequente co-financiamento¹²³.

- 1 Inclui, quando aplicável, as candidaturas em fase de audiência prévia.
- 2 No PO ATFSE a comunicação aos beneficiários é feita após homologação da tutela.
- 3 Tendo em conta as alterações ao regulamento comunitário n.º 1083/2006 do Conselho introduzidas pelo regulamento n.º

O volume de candidaturas aprovadas é líquido de desistências, rescisões/revogações.

Candidatura contratada: Candidatura aprovada que foi objecto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste de termo de aceitação. O volume de candidaturas contratadas é líquido rescisões/revogações.

Concurso ou período de candidatura: Fase de apresentação, admissão e selecção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num eixo prioritário específico⁴. No caso dos concursos existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de selecção. No caso dos períodos de candidatura fechados existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo/abertos (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respectiva dotação orçamental.

Concurso ou período de candidatura decidido: considera-se um concurso ou período de candidatura decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objecto de comunicação da respectiva decisão pela autoridade de gestão.

Concurso ou período de candidatura em aberto: concurso ou período de candidatura com prazo para submissão de candidaturas a decorrer.

Concurso ou período de candidatura encerrado: concurso

284/2009, bem como a adaptação do regulamento geral do FEDER e Fundo de Coesão, que enquadram a possibilidade de existir execução de grandes projectos antes da sua aprovação formal pela Comissão Europeia, o momento de aprovação dos grandes projectos reflecte a sua aprovação em termos nacionais.

4 Com excepção do PO PH, onde os períodos de candidatura referentes a uma tipologia que abranja diversos objectivos (convergência, phasing-out e competitividade regional e emprego) e, consequentemente, eixos prioritários distintos do respectivo PO, são contabilizados apenas como um período de candidatura.

ou período de candidatura cujo prazo para submissão de candidaturas está terminado.

Despesa pública: qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos⁵.

Despesa validada: corresponde aos montantes de despesa efectivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projecto e validada pela autoridade de gestão⁶ e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na acepção do artigo 87.º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efectivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afecta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. Não se aplica na modalidade de acesso ao FSE, nos termos da alínea a) do artigo 21.º do Decreto Regulamentar (DR) n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, alterado pelo DR n.º 13/2008, de 18 de Junho. No caso do FEDER e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo/abertos, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção quando este se encontra explicitado no respectivo aviso de abertura do período de candidatura.

Grande projecto: Operação susceptível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objectivos claramente identificados e cujo custo total seja superior a 25 milhões de euros no domínio do ambiente e a 50 milhões de euros noutros domínios. Os grandes projectos são objecto de uma Decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

Indicadores de realização: indicadores, de apuramento trimestral, que visam medir o produto directo das intervenções; a informação é relativa aos valores contratados nas intervenções apoiadas.

Investimento ou custo total: Somatório da despesa elegível⁷ e da não elegível⁸ que seja considerada indispensável à prossecução dos objectivos da operação, no quadro da candidatura apresentada.

Investimento ou custo total elegível: total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de co-financiamento pelos fundos comunitários.

Pagamentos aos beneficiários: transferências directas para os beneficiários⁹ a título de reembolso ou de adiantamentos. O volume de pagamentos é líquido de recuperações.

Subvenção global: apoio relativo a uma operação, enquanto grupo de projectos coerentes, relativamente à qual a autoridade de gestão delega competências no âmbito da respectiva gestão a um organismo intermédio, com reconhecida competência e experiência em matéria de gestão administrativa e financeira.

Taxa de admissibilidade das candidaturas: candidaturas admitidas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de admissibilidade do investimento ou custo total: valor do investimento ou custo total das candidaturas admitidas / valor do investimento ou custo

5 Aplicando-se no caso dos projectos apoiados pelo FSE as disposições previstas no artigo 37.º do DR 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

6 No caso dos auxílios estatais, na acepção do artigo 87.º do Tratado, os montantes de despesa para além de estarem validados pela autoridade de gestão devem ter sido pagos aos beneficiários.

7 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projecto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

8 Despesa associada a uma operação/projecto, cuja natureza ou data de realização não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

9 Incluindo para beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas.

total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta das candidaturas: candidaturas aprovadas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta do investimento ou custo

total: valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas / total de investimento ou custo total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida das candidaturas: candidaturas aprovadas / candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de aprovação líquida do investimento ou custo total:

valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas / total de investimento ou custo total das candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de compromisso: valor aprovado do fundo comunitário / valor do fundo comunitário programado.

Taxa de contratação das candidaturas: candidaturas contratadas / candidaturas aprovadas. Esta taxa reflecte, em número de candidaturas, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de contratação dos fundos comunitários: valor dos fundos comunitários das candidaturas contratadas / valor dos fundos comunitários das candidaturas aprovadas. Esta taxa reflecte, em valor de fundo comunitário, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de execução: valor da despesa validada do fundo comunitário / valor do fundo comunitário programado.

Taxa de pagamento: valor do fundo comunitário pago aos beneficiários / valor aprovado do fundo comunitário.

Taxa de realização: valor da despesa validada do fundo comunitário / valor do fundo comunitário aprovado.

Taxa de reembolso: valor do fundo comunitário pago aos beneficiários, incluindo a beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas / valor da despesa validada do fundo comunitário. Sempre que este valor é superior a 100% significa que o montante pago por adiantamento(s) não certificáveis é superior ao valor do fundo comunitário associado à execução.

Tempos médios de decisão (previsto): período de tempo (dias de calendário) previsto para a comunicação ou notificação da decisão das autoridades de gestão em relação às candidaturas apresentadas nos concursos ou períodos de candidatura, contado a partir das datas limite definidas para a apresentação das mesmas, decorrentes das normas aplicáveis aos respectivos processos. Na apresentação de informação agregada relativa a este indicador para os PO co-financiados pelo FEDER/FC, o tempo corresponde à média simples do conjunto dos tempos dos avisos de abertura dos concursos. No acesso ao financiamento do FSE através da modalidade de candidatura, o período de tempo limite previsto é o que consta na respectiva regulamentação. No caso do PO FEDER e Fundo de Coesão são considerados apenas os concursos decididos mais os períodos de candidatura em contínuo, com pelo menos uma candidatura decidida.

Tempos médios de decisão (efectivo)¹⁰: período de tempo (dias de calendário) efectivamente verificado para a comunicação ou notificação da decisão das autoridades de gestão em relação às candidaturas apresentadas nos concursos ou períodos de candidatura, decorrentes das normas aplicáveis aos respectivos processos. Na apresentação de informação agregada relativa a este indicador para os PO co-financiados pelo FEDER/FC, o tempo corresponde à média simples do conjunto dos tempos dos concursos decididos. No caso dos PO FSE considera-se até ao momento da notificação da proposta de decisão de aprovação aos beneficiários em fase de audiência prévia e o tempo de decisão corresponde à média simples do tempo de decisão de cada um dos projectos aprovados. No caso do PO FEDER e Fundo de Coesão são considerados apenas os concursos decididos mais os períodos de candidatura em contínuo, com pelo menos uma candidatura decidida.

¹⁰ A título de contingência, neste boletim, o tempo médio de decisão referente aos sistemas de incentivos corresponde ao período verificado entre a data de apresentação das candidaturas e a decisão das autoridades de gestão competentes.

SIGLAS

ACIDI: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

AEP: Associação Empresarial de Portugal

AlMinho: Associação Industrial do Minho

AIP: Associação Industrial de Portugal

CAP: Confederação dos Agricultores de Portugal

CE: Comissão Europeia

CCP: Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

CEC: Conselho Empresarial do Centro

CIG: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

FC: Fundo de Coesão

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE: Fundo Social Europeu

IAPMEI: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IEFP: Instituto do Emprego e Formação Profissional

IFDR: Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional

IGFSE: Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

M€: milhões de euros

n.a.: Não aplicável

n.d.: Não disponível

NUTS: Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

PO: Programa Operacional

PO AT: Programa Operacional de Assistência Técnica

PO FC: Programa Operacional Factores de Competitividade

PO PH: Programa Operacional Potencial Humano

POR: Programas Operacionais Regionais

PO VT: Programa Operacional Valorização do Território

QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional

NOTAS GERAIS:

Tendo em conta a reduzida dimensão de alguns universos em análise, as médias correspondentes aos mesmos devem ser lidas com especial cuidado, dada a natural propensão a fortes variações. Este relatório não cobre os PO do objectivo Cooperação Territorial Europeia.

Programas Operacionais do QREN



Avenida Infante Santo, 2, 5º
1350-346 Lisboa
Tel.: (+351) 217 227 281
www.poph.qren.pt



Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193
7004-514 Évora
Tel.: (+351) 266 740 300
www.ccdr-a.gov.pt/poaqren



Avenida D. João II, Lote 1.07.2.1, 3º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 211 548 700
www.pofc.qren.pt



Praça da Liberdade, 2
8000-164 Faro
Tel.: (+351) 289 895 200
www.ccdr-alg.pt



Avenida D. João II, Lote 1.07.2.1, 2º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 211 545 000
www.povt.qren.pt



Rua Dr. José Bruno
Tavares Carreiro, S/N
9500-119 Ponta Delgada
Tel.: (+351) 296 308 000
http://proemprego.azores.gov.pt



Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 Porto
Tel.: (+351) 226 086 300
www.novonorte.qren.pt



Caminho do Meio, 58 - São Carlos
9701-853 Angra do Heroísmo
Tel.: (+351) 295 206 380
www.proconvergencia.azores.gov.pt



Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra
Tel.: (+351) 239 400 100
www.maiscentro.qren.pt



Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000
www.idr.gov-madeira.pt/rumos/



Rua Artilharia Um, 33
1269-145 Lisboa
Tel.: (+351) 213 837 100
www.porlisboa.qren.pt



Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000
www.idr.gov-madeira.pt/intervir+

Coordenação Técnica do QREN

Coordenação Estratégica



Ed. Expo 98,
Av. D. João II, Lote 1.07.2.1, 4º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 210 437 300
www.observatorio.pt/

Coordenação e Autoridade de Certificação FEDER / Fundo de Coesão



Rua S. Julião, 63
1149-030 Lisboa
Tel.: (+351) 218 814 000
www.qca.pt

Coordenação e Autoridade de Certificação FSE



Rua Castilho, 5 - 6º/7º/8º
1250-066 Lisboa
Tel.: (+351) 213 591 600
www.igfse.pt

Autoridade de Auditoria



Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa
Tel.: (+351) 218 113 500
www.igf.min-financas.pt







programa
operacional
assistência
técnica



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional